



Este boletim de pesquisa faz parte de uma série cujo objetivo é compreender o debate atual que conecta crianças, adolescentes e jovens às mudanças climáticas e seus impactos. A série se baseia nos artigos organizados na base de dados bibliográficos **“Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)”**; e em relatórios produzidos por organizações brasileiras, internacionais e multilaterais, entre 2015 e 2025, também disponíveis na referida base.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da FAPERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022). Nele, analisamos diferentes aspectos da participação cidadã e do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil.

E se conecta ao estudo de caso “Que clima é esse? Juventudes pela justiça climática”, que faz parte da “Parceria Internacional e Canadense sobre os Direitos das Crianças” (ICCRP em inglês), coordenada, em âmbito internacional, pela professora Tara Collins (Toronto Metropolitan University/ Canadá) e, no Brasil, pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/CIESPI/Brasil). Nele, buscamos abordar o tema das mudanças climáticas de forma amigável, despertando o interesse dos mais jovens¹.

Mais informações sobre os projetos podem ser encontradas em: www.ciespi.org.br.

Autora: Carolina Terra | Editoras: Irene Rizzini e Renata Brasil

1.0 - Introdução

A Educação Ambiental (EA) no Brasil é definida a partir de diferentes perspectivas legais, pedagógicas e teóricas, que, embora muitas vezes complementares, expressam distintas ênfases e pontos de vista. Em nossa pesquisa, partimos do que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu Artigo 225: o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecido como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. O texto constitucional impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o §1º incumbe ao Poder Público, entre outras ações, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988)².

Entretanto, para além das bases legais, a EA constitui um campo teórico e prático plural, sustentado por diferentes abordagens, concepções e tradi-

ções de pensamento. Trata-se de um domínio em constante construção, que articula dimensões éticas, políticas, epistemológicas e pedagógicas.

Este boletim de pesquisa apresenta uma breve análise desse debate, considerando os 132 artigos, publicados no Brasil, em língua portuguesa sobre EA que compõem a base de dados bibliográficos **“Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)”**. Nosso objetivo é mapear, sistematizar e compreender o que vem sendo produzido, pensado e debatido recentemente sobre o tema no Brasil, contribuindo para o fortalecimento do campo e para a ampliação do diálogo entre pesquisa, políticas públicas e práticas educativas.

2.0 - Metodologia

A metodologia descrita nesta seção refere-se especificamente ao recorte temático sobre Educação Ambiental desenvolvido para este boletim³. A busca

bibliográfica foi realizada na plataforma Periódicos CAPES, contemplando artigos publicados no Brasil, entre 2020 e 2024, e escritos em língua portuguesa. Foram considerados apenas os periódicos de acesso aberto. As buscas combinaram o termo "educação ambiental" com criança, infância, adolescente, jovem e juventude.

Foram excluídos os textos que não se enquadravam no formato de artigo científico e aqueles que não dialogavam com a temática da educação ambiental ou com a faixa etária definida⁴. Adotou-se, ainda, o filtro de artigos revisados por pares, a fim de assegurar maior rigor metodológico e científico ao material analisado.

A terminologia etária utilizada neste estudo segue as definições estabelecidas em marcos legais nacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990). Já a Política Nacional de Juventude define como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2005).

É importante ressaltar que este levantamento apresenta limitações decorrentes do recorte metodológico adotado. Embora a plataforma Periódicos CAPES reúna uma ampla variedade de publicações, o presente estudo considerou apenas artigos científicos de acesso aberto e revisados por pares, publicados entre 2020 e 2024. A escolha desse período foi intencional, concentrando a análise em produções mais recentes, que refletem o momento de intensificação dos debates sobre crise climática, justiça socioambiental e Educação Ambiental no contexto pós-pandemia. Esse intervalo permite captar as abordagens contemporâneas que emergem em resposta a novos desafios globais, políticas públicas e mobilizações sociais em torno da agenda climática. Essa decisão, ainda que limite a observação de tendências históricas de longo prazo, possibilita uma leitura atualizada das principais orientações conceituais e metodológicas presentes na literatura recente.

Além disso, o foco em artigos de acesso aberto e revisados por pares visa garantir maior

comparabilidade e rigor metodológico, embora implique a exclusão de outras formas relevantes de produção, como teses, dissertações, livros, capítulos de livros e anais de eventos. Ainda assim, o conjunto analisado oferece um panorama representativo das discussões atuais sobre Educação Ambiental, servindo como base para futuras ampliações e cruzamentos com outras fontes e formatos de publicação.

O levantamento realizado para o desenvolvimento da base bibliográfica "Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)" é mais amplo e inclui mudanças climáticas, justiça climática e educação ambiental, com foco em crianças, adolescentes e jovens. A descrição completa da metodologia utilizada, bem como todos os artigos, está disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).

Optou-se por não incluir os estudos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que essa modalidade de ensino inclui pessoas que já ultrapassaram o limite etário da juventude. A inclusão desses trabalhos ampliaria o escopo do levantamento para além do seu público-alvo, que são crianças, adolescentes e jovens.

3.0 - Principais focos de pesquisa

Dos 132 artigos que compõem esta análise, observa-se um conjunto expressivo de produções que se estruturam a partir de atuações práticas, realizadas em escolas públicas, projetos de extensão universitária e iniciativas comunitárias. Esses trabalhos caracterizam-se por abordagens aplicadas e participativas, frequentemente organizadas sob a forma de pesquisas de campo, estudos de caso ou metodologias de ensino experimentais (Lubarino et al., 2020; Santos, Profice e Schiavetti, 2020; Lima, Oliveira e Santos, 2020; Rangel e Lemos, 2023).

Em geral, tais produções associam a prática pedagógica à realidade territorial e às problemáticas socioambientais locais, valorizando estratégias lúdi-

cas, artísticas e colaborativas voltadas à sensibilização e à formação crítica. São exemplos de abordagens criativas e situadas o uso da gamificação e jogos educativos (Coelho e Victório, 2024), de hortas comunitárias e práticas extensionistas (Silva, Oliveira e Gaia, 2021), de metodologias teatrais inspiradas no Teatro do Oprimido (Sant'Ana e Moreira, 2022) e de projetos escolares que integram arte, território e pertencimento (Soares, Agudo e Andrade, 2023).

Outros estudos exploram o potencial da Educação Ambiental vinculada à biodiversidade e ao ensino de ciências, aproximando a observação de fenômenos naturais da prática pedagógica (Silva e Sousa, 2021) ou enfatizam experiências interdisciplinares em contextos de educação do campo e escolas famílias agrícolas (Rangel e Lemos, 2023).

De modo geral, a análise dos artigos evidencia que o espaço escolar, especialmente a escola pública, onde se concentram grande parte das experiências relatadas, permanece como um dos principais contextos de desenvolvimento da EA no Brasil. Embora a educação não se restrinja ao ambiente escolar e possa se efetivar em diferentes contextos sociais, a literatura analisada indica que, no campo da Educação Ambiental, a escola tem assumido papel central na produção e difusão de práticas pedagógicas, configurando-se como um espaço privilegiado para a formação crítica e cidadã frente às questões socioambientais. As práticas relatadas concentram-se em experiências pedagógicas situadas, muitas delas associadas à formação docente e à integração curricular (Falkoski, 2021; Oliveira et al., 2022; Antoniassi e Walker, 2023). Essas iniciativas revelam tanto a vitalidade das ações escolares, como os desafios de consolidar uma EA crítica, contínua e institucionalizada no cotidiano das escolas.

Além desse conjunto de experiências práticas e aplicadas, a análise da base revela dois eixos temáticos com presença significativa e abordagens particularmente expressivas: a Educação Ambiental na Educação Infantil e a relação entre Juventudes e Educação Ambiental Crítica, entendida aqui como uma vertente que articula a dimensão ecológica às

questões sociais, políticas e éticas, enfatizando a formação para a transformação social. A escolha por destacar esses dois recortes neste boletim se justifica tanto pela quantidade de estudos identificados nessas categorias quanto pela relevância das discussões que propõem. Em ambos os casos, observa-se a emergência de perspectivas que renovam o campo da EA, seja pela ênfase nas vivências sensoriais e formativas das crianças, seja pelo protagonismo das juventudes em contextos socioambientais diversos.

3.1 - Educação Ambiental e Educação Infantil

Nota-se uma presença significativa de estudos voltados à Educação Infantil, que evidenciam o esforço de inserir a EA desde os primeiros anos de vida escolar. Essas produções ressaltam o papel das experiências lúdicas, sensoriais e afetivas na formação de valores ecológicos e consciência ambiental, destacando o contato com a natureza como dimensão essencial da aprendizagem (Spinelli, Zucco e Euzébio, 2020; Neuenfeldt e Bauer, 2022).

Diversos estudos adotam perspectivas histórico-culturais e críticas, reconhecendo a criança como sujeito ativo e produtor de cultura, capaz de transformar o ambiente em que vive (Resende et al., 2021; Ramos et al., 2023; Seribelli e Wiziack, 2024). As práticas mais recorrentes envolvem projetos integradores, trilhas interpretativas, contação de histórias, vivências ao ar livre e o uso de materiais recicláveis e ecobrinquedos (Mello, 2021; Rodrigues et al., 2022; Victor e Silva, 2023; Cerqueira et al., 2024).

Outras pesquisas enfatizam a formação docente como elemento-chave para a efetividade da EA na Educação Infantil, propondo formações que despertem o olhar ecológico e o protagonismo infantil nas práticas pedagógicas, superando abordagens meramente conservacionistas⁴ (Oliveira et al., 2022; Souza, 2021; Antoniassi e Walker, 2023; Fogliag et al., 2024).

3.2 - Juventudes, participação social e Educação Ambiental Crítica (EA Crítica)

A produção recente evidencia um movimento de fortalecimento das juventudes como sujeitos políticos e epistêmicos da Educação Ambiental, especialmente em abordagens que se inscrevem na tradição crítica, popular e emancipatória. Nesses trabalhos, a EA é compreendida não apenas como prática educativa, mas como processo de formação política, ética e territorial, voltado à transformação das condições de vida e à construção de outros modos de existência (Costa e Loureiro, 2024).

As pesquisas analisadas revelam que o engajamento juvenil em ações socioambientais tem se constituído como espaço de produção de saberes e resistências, desafiando estruturas hierárquicas de poder e propondo novas formas de participação democrática e ecológica. Experiências como Fóruns de Meio Ambiente da Juventude, coletivos territoriais e universitários e iniciativas autônomas em bacias hidrográficas (Falcão, Moura e Holanda, 2020; Zakrzewski et al., 2021; Micoanski, Bento e Carniatto, 2023; Pádua e Barcellos, 2024) evidenciam o papel das juventudes na reconfiguração da EA como práxis social e política, vinculada à justiça ambiental e à defesa do bem comum.

Nessa perspectiva, a EA emerge como campo de disputa simbólica e ideológica, no qual os jovens constroem leituras críticas sobre o mundo, questionando modelos de desenvolvimento baseados na exploração da natureza e na exclusão social. Trabalhos que exploram o direito à cidade, o engajamento em territórios urbanos e rurais e as militâncias climáticas (Vieira e Domingos, 2021; Santos e Lima, 2023; Fernandes et al., 2023; Inocêncio, Seireia e Kovalski, 2024) evidenciam que a educação se torna um instrumento de reapropriação do espaço e da voz política, especialmente entre jovens de periferias, do campo e de povos originários.

Também se destacam abordagens que aproximam a EA crítica da decolonialidade, ao reconhecer as juventudes indígenas, ribeirinhas e rurais como portadoras de saberes e modos alternativos de

habitar o mundo (Tiriba e Guimarães, 2023; Pádua e Barcellos, 2024; Sampaio et al., 2024). Nessas experiências, o protagonismo juvenil assume caráter coletivo e insurgente.

4.0 - Considerações finais: lacunas, reflexões e caminhos possíveis

A análise do conjunto de artigos recentes sobre Educação Ambiental (EA) revela um campo dinâmico e em expansão, marcado por múltiplas experiências e formas de produção de conhecimento. As pesquisas refletem um esforço de articulação entre teoria e prática, com ênfase em projetos escolares, ações comunitárias e iniciativas de extensão universitária que aproximam educação, território e vida cotidiana.

De modo geral, observa-se uma tendência de fortalecimento das abordagens críticas e participativas, nas quais a EA é compreendida como processo de formação ética, política e cultural, voltado à transformação das relações entre sociedade e natureza. Ainda assim, a leitura da produção permite identificar aspectos pouco explorados e campos de aprofundamento que ajudam a compreender como o debate vem sendo construído no país.

Uma das lacunas observadas diz respeito à relação entre EA e crise climática global. Embora temas como sustentabilidade e conservação estejam presentes em diversos estudos, ainda é restrita a presença de reflexões sobre justiça climática, transição ecológica e políticas globais do clima. São poucos os trabalhos que situam a EA em diálogo com espaços internacionais, como as Conferências das Partes (COPs), ou que examinam o papel educativo das juventudes nesses contextos. Essa distância sugere a importância de fortalecer as conexões entre as práticas locais de EA e os debates contemporâneos sobre as mudanças climáticas, sem perder de vista as realidades territoriais e sociais em que essas ações se inserem.

Outra lacuna recorrente refere-se à presença ainda limitada de abordagens interseccionais. Embo-

ra algumas pesquisas considerem dimensões como gênero, raça, classe, território e geração, essas perspectivas aparecem de modo fragmentado ou secundário. Ampliar tais leituras pode contribuir para uma EA mais sensível às desigualdades e diversidades socioculturais, reconhecendo experiências e vozes que frequentemente permanecem pouco visíveis na literatura recente.

Também se nota a escassez de estudos que valorizem os saberes e práticas de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Quando presentes, essas experiências são frequentemente descritas a partir de uma lógica externa, sem o devido reconhecimento de seus modos próprios de ensinar, aprender e habitar o mundo. Essa limitação indica a necessidade de aprofundar os diálogos interculturais e de compreender a EA como espaço de encontro entre diferentes epistemologias e cosmologias, abrindo caminho para perspectivas decoloniais e territorializadas.

No âmbito metodológico, predomina a produção de estudos localizados e descritivos, que, embora apresentem contribuições relevantes para o registro e a valorização de práticas educativas situadas, costumam oferecer análises pontuais e de curta duração, com menor continuidade ou diálogo entre

diferentes contextos. São menos frequentes as pesquisas que acompanham processos formativos ao longo do tempo ou que adotam abordagens comparativas e participativas, capazes de envolver estudantes, educadores e comunidades como sujeitos ativos da investigação. Essa característica sugere a importância de ampliar metodologias que articulem diferentes escalas e temporalidades, permitindo compreender a EA como um processo contínuo, relacional e historicamente construído.

Outro ponto que merece atenção é a dimensão intergeracional da EA, ainda pouco explorada na literatura recente. A cooperação entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos aparece de modo esporádico, e o potencial formativo do diálogo entre gerações nem sempre é reconhecido. O fortalecimento de experiências intergeracionais pode favorecer a transmissão e a reinvenção de saberes, contribuindo para a construção de práticas comunitárias e coletivas em torno das questões socioambientais.

As observações apresentadas não buscam oferecer diagnósticos fechados, mas sugerir caminhos de reflexão sobre o estado atual da Educação Ambiental no Brasil. A variedade de perspectivas encontradas indica um campo em movimento, atravessado por tensões, disputas e reinvenções.

5.0 - Referências bibliográficas

ANTONIASSI, Giulliana Cassandra Pacheco Soster; WALKER, Maristela Rosso. A educação infantil e a educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável. *Revista Foco*, v. 16, n. 1, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1, p. 70.

CERQUEIRA, Ana Beatriz Souza et al. Os espaços não formais para construção da territorialidade na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 19, 2024.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental crítica e conflitos ambientais: reflexões à luz da América Latina. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 22, p. 1-24, 13 dez. 2024. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP).

FALCÃO, Symone Maria Pancrácio; MOURA, Micaella Raíssa Falcão de; HOLANDA, Romildo Morant de. O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 3, 2020.

FALKOSKI, Kelly Vanessa. Educação ambiental e práticas pedagógicas: estudo junto a uma escola pública em Sinop. *Eventos Pedagógicos*, v. 12, n. 1, 2021.

FERNANDES, Beatriz Silva; SILVA, Giovanna Bento Rubini da; SOUZA, Ana Luiza Faria de; FRANCHI, José Guilherme. O movimento Juventude Lixo Zero: ações de Educação Ambiental como contribuições à gestão de resíduos sólidos em Guarulhos (SP). *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 18, 2023.

FOGLIAG, Giovana Sanches Pitzschk; CAVALCANTI, Marcus Alexandre; MIRANDA, Maria Geralda. A educação ambiental aplicada à educação infantil: uma revisão da literatura. *Revista Valore*, v. 9, 2024.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; SEREIA, Diesse Aparecida de Oliveira; KOVALSKI, Mara Luciane. Tem Greta Thunberg no Brasil? Representatividades jovens na luta climática. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 19, 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan. 2014.

LIMA, Eli Shuab Carvalho; OLIVEIRA, Ageu Santos; SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos. Design Thinking na Educação Ambiental: a problemática do *Eucalyptus urophylla* S.T. Blake em uma escola do extremo sul baiano. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, v. 7, n. 2, 2020.

LUBARINO, Paloma Clementino da Cruz et al. BIOTinga: trilha de gamificação sobre a Caatinga. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, 2020.

MELLO, Elizabeth Ana de Lucena. Educação ambiental para crianças de 0 a 3 anos. *Revista Territórios*, 2021.

MICOANSKI, Mayara; BENTO, Juliana; CARNIATTO, Irene. Práticas socioambientais: atuação do Coletivo Jovem na bacia do Rio Paraná. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 18, 2023.

NEUENFELDT, Derli Juliano; BAUER, Gislaine Borba. Educação infantil e educação ambiental: vivências cinestésicas com a natureza. *Revista Didática Sistemica*, v. 23, n. 2, 2022.

OLIVEIRA, Mara de Moura et al. Trilha interpretativa como instrumento da pedagogia da natureza na formação de professores da educação infantil, Parauapebas (PA). *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 17, 2022.

PÁDUA, Jacqueline de Freitas; BARCELLOS, Sérgio Botton. Juventudes rurais e questões socioambientais: a Educação Ambiental no contexto dos movimentos sociais. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 19, 2024.

RAMOS, Daiane Leite Barbosa; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; RIBEIRO, Maria Lucia; GOMES, Thauana Paiva de Souza. Educação Infantil Sem Terrinha: um novo modo de olhar a criança junto à educação ambiental. *Retratos de Assentamentos*, v. 26, n. 1, 2023.

RANGEL, Charlene Candida; LEMOS, Ediu. Estudo de caso da prática educacional da escola família agrícola de Cachoeiro de Itapemirim/ES. *Educação: Teoria e Prática*, v. 33, n. 66, 2023.

RESENDE, Flavia Grecco; AGUIAR, Denise Regina da Costa; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; CASTRO, Cristina Veloso de. Problemática da prática na Educação Infantil: relações entre o currículo vivido e a Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 16, 2021.

RODRIGUES, Katia Alves et al. A reutilização de materiais recicláveis na construção de ecobrinquedos educativos voltados para a primeira infância. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, 2022.

SAMPAIO, Dayanne Batista; PROFICE, Christiana Cabicieri; CARVALHO, Denis Barros de; OLIVEIRA, Luan Gomes dos Santos de. “A criança que vai lhe guiar aonde ela quiser”: poéticas e modos de habitar de/com crianças ribeirinhas. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 41, n. 1, 2024.

SANT’ANA, Camila de Fátima; MOREIRA, Leonardo Maciel. A perspectiva do Teatro do Oprimido como metodologia no contexto da Educação em Ciências: uma revisão sistemática de artigos científicos. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 27, n. 2, 2022.

SANTOS, Lorena Nascimento; PROFICE, Christiana Cabicieri; SCHIAVETTI, Alexandre. A educação ambiental como ferramenta de sensibilização e construção do conhecimento sobre serpentes: um estudo no sul da Bahia, Brasil. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 4, 2020.

SANTOS, Matheus Sampaio Favrat dos; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de. Juventudes e(m) movimentos ambientalistas: militâncias e ativismos para adiar o fim do mundo. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 40, n. 1, 2023.

SERIBELLI, Vanessa Helena; WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. Educação ambiental na primeira infância: análise de pesquisas desenvolvidas no Brasil e em países da América Latina. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 11, n. 28, 2024.

SILVA, Gabriel Dreher Pacheco da; OLIVEIRA, Laura Cristina Pereira de; GAIA, Marília Carla de Mello. Horta comunitária e educação ambiental no Morro do Horácio (Florianópolis – SC): saberes compartilhados na extensão universitária. *Extensão: Revista Eletrônica de Extensão*, v. 18, 2021.

SILVA, Rafael Gomes da; SOUSA, Rytá de Kassya Motta de Avelar. Entomofauna como instrumento de ensino e de Educação Ambiental. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2021.

SOARES, Ravelly Machado; AGUDO, Dudu de Morro; ANDRADE, Nivea Maria da Silva. Em Jardim Primavera tem flores? Em Nova Iguaçu tem vulcão? *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, v. 16, n. 1, 2023.

SOUZA, Andreza Gomes. Educação ambiental no ensino de Geografia: vivências nas escolas rurais do município de Frutal (MG). *Revista Geomac – Geografia Meio Ambiente e Ensino*, v. 12, n. 1, 2021.

SPINELLI, Carolina Shimomura; ZUCCO, Jucilaine; EUZÉBIO, Juliana da Silva. Educação ambiental: refletindo sobre a relação criança e natureza na educação infantil. *Cadernos do Aplicação*, 2020.

TIRIBA, Lea; GUIMARÃES, Mauro. Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 40, n. 2, 2023.

VICTER, Eline das Flores; SILVA, Anna Karolina Saturnino da. A abordagem da educação ambiental através da contação de história na educação infantil: reflexões para o desenvolvimento de uma educação ambiental crítica. *Revista Educação e Linguagens*, v. 12, 2023.

VIEIRA, Levi de Freitas; DOMINGOS, Patrícia. O direito à cidade como perspectiva para prática da EA crítica e cidadania emancipatória: uma abordagem sobre injustiça socioambiental e territorial em contexto escolar. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 14, 2021.

ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi; MAJEWSKI, Andrieli Sadowski; RESTELLO, Rozane Maria; VENDRUSCOLO, Taciana. Fórum de Meio Ambiente da Juventude: participação e articulação dos jovens na discussão e implementação de ações socioambientais. *Vivências*, v. 17, n. 34, 2021.

Notas

¹ O referido estudo de caso vem trabalhando a partir de dados e análises que compõem o relatório *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil*, elaborado no âmbito do projeto “Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da Fundação José Luiz Egydio Setúbal e da Nova Institute for Health, e com a parceria da Associação Cidade Escola Aprendiz. Fazem parte da equipe: Irene Rizzini (coordenação), Maria Cristina Bó (coordenação executiva), Malcolm Bush (consultoria internacional), Renata Brasil, Carolina Terra e Mariana Menezes (pesquisa).

² Complementam essa definição as seguintes normativas: Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução CNE/CP nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

³ O levantamento realizado para o desenvolvimento da base bibliográfica “Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)” é mais amplo e inclui mudanças climáticas, justiça climática e educação ambiental, com foco em crianças, adolescentes e jovens. A descrição completa da metodologia utilizada, bem como todos os artigos, está disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).

⁴ Optou-se por não incluir os estudos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que essa modalidade de ensino inclui pessoas que já ultrapassaram o limite etário da juventude. A inclusão desses trabalhos ampliaria o escopo do levantamento para além do seu público-alvo, que são crianças, adolescentes e jovens.

⁵ Abordagens restritas e meramente conservacionistas referem-se ao que Layrargues e Lima (2014) descrevem como a fase inicial da Educação Ambiental no Brasil, “uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do ‘conhecer para amar, amar para preservar’, orientada pela conscientização ‘ecológica’ e tendo por base a ciência ecológica” (Layrargues; Lima, 2014, p. 26). Em contraponto, a macrotendência crítica aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória e Transformadora, voltadas à análise das causas estruturais da crise ambiental e à promoção de processos educativos comprometidos com a justiça social e ecológica (Layrargues; Lima, 2014).



DSS Departamento de
Serviço Social



**Toronto
Metropolitan
University**

